



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

LINHA DE PESQUISA

Poder Local e Organização do Espaço

ALBERTO DA SILVA FRANÇA

**GEOGRAFIA POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DE
NOVA CRUZ/RN E A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PASSA E FICA/RN**

GUARABIRA/PB

2019

ALBERTO DA SILVA FRANÇA

**GEOGRAFIA POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DE
NOVA CRUZ/RN E A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PASSA E FICA/RN**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC-Artigo) apresentado no Curso de Licenciatura Plena em Geografia, na Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Geografia. Sob a orientação do Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

GUARABIRA/PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F814g Franca, Alberto da Silva.
Geografia política [manuscrito] : uma análise da fragmentação territorial de Nova Cruz/RN e a criação do município de Passa e Fuca/RN / Alberto da Silva Franca. - 2019.
37 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto , Departamento de Geografia - CH."
1. Fragmentação territorial. 2. Desmembramento. 3. Emancipação. I. Título

21. ed. CDD 320.12

ALBERTO DA SILVA FRANÇA

**GEOGRAFIA POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DE
NOVA CRUZ/RN E A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PASSA E FICA/RN**


Trabalho de Conclusão de Curso (TCC-Artigo) apresentado no Curso de Licenciatura Plena em Geografia, sob a orientação do Professor Dr. Belarmino Mariano Neto, na Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Geografia.

Aprovado em: 11/04/19.

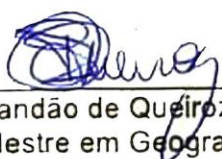
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto UEPB/CH/DG
Orientador (Doutor em Sociologia pela UFPB/UFCG)



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues UEPB/CH/DG
Examinador (doutor em Geografia pela UFRN)



Prof. Thiago Brandão de Queiroz UEPB/CH/DG
Examinador (Mestre em Geografia pela UFPB)

Atribuo a realizaçãõ deste trabalho ao Eterno, que em todos os momentos firmou os meus passos, emanando sua força para seguir em frente, aos meus familiares que acreditaram em mim e a todos os professores do curso de Geografia, que em muito contribuíram neste processo, a meus colegas da turma 2014.2 os quais considero os meus companheiros de jornada e amigos de muitas batalhas. DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Quero iniciar os meus agradecimentos tributando toda honra e toda glória ao Senhor Deus, criador dos céus, da terra e tudo que existe, por sua benevolência, generosidade e bondade. Se não fosse essa presença na minha vida, não teria chegado até aqui, porém ele sempre emanou seu poder sobre minha vida, nessa jornada.

Aos meus progenitores, quero tecer agradecimentos a José Roberto dos Santos Silva, que mesmo à distância sempre esteve torcendo por mim, e a minha maior inspiração, Maria Salete de França, minha mãe, que ao decorrer do curso me apoiou com suas palavras fortes e motivacionais, as quais me fortaleceram, nas minhas fraquezas.

Aos meus amados irmãos José Augusto de França Silva, Neusa de França Vieira e Ismael de França (in memoriam), que sempre acreditaram em meu potencial e me impulsionaram a nunca desistir dos meus objetivos.

A minha digníssima namorada Mayara Souza, que muitíssimo me ajudou com sua companhia e sempre se mostrando disponível, quando solicitei sua orientação em sua área de conhecimento.

Agradeço aos meus colegas de turma que estiveram juntamente comigo nessa jornada, foram quatro anos de muita luta e persistência em um sonho que se tornou de todos nós, compartilhando experiências pessoais que me levaram a reflexão da realidade de cada um dos meus queridos amigos e na transmissão do conhecimento científico.

Gratidão ao Doutor Belarmino Mariano Neto, que demonstrou entusiasmo em me orientar neste trabalho, por compreender minhas limitações e me encorajar a prosseguir na minha pesquisa, pela sua disponibilidade e atenção. E aos meus mestres que muitíssimo colaboraram com minha formação acadêmica e a todos os funcionários que proporcionaram um ambiente agradável para a conclusão do curso.

*“A Geografia isso serve, em primeiro lugar,
para fazer a guerra”.*
(Yves Lacoste).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|------------------|--|-----------|
| Figura 01 | Localização do Estado do Rio Grande do Norte no Nordeste brasileiro..... | 19 |
| Figura 02 | Localização de Nova Cruz/RN..... | 23 |
| Figura 03 | Delimitação Territorial do município de Passa e Fica/RN..... | 26 |
| Figura 04 | Imagem aérea de Passa e Fica/RN – Outubro/2001..... | 27 |
| Figura 05 | Imagens aéreas sobre o Desenvolvimento da malha urbana de Passa e Fica/RN..... | 28 |
| Figura 06 | Quadro de prefeitos eleitos do município, desde (1964-2018)... | 31 |
| Figura 07 | Prefeito Aryam Pessoa da Cunha Lima , à esquerda, (1983 – 1989) | 32 |
| Figura 08 | Comício em praça pública de Passa e Fica/RN, em 1989 - 1993..... | 32 |
| Figura 09 | Antiga - Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN – (1994) | 32 |
| Figura 10 | Prefeitura atual de Passa e Fica/RN. 04 de abril de 2019..... | 32 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- CH - Centro de Humanidades
- CPRM - Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais
- DG - Departamento de Geografia
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

043 – LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

TÍTULO: GEOGRAFIA POLITICA: UMA ANALISE DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DE NOVA CRUZ/RN E A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PASSA E FICA/RN

LINHA DE PESQUISA: Poder Local e Organização do Espaço

AUTOR: Alberto da Silva França – Matrícula: 142430170

ORIENTADOR: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto UEPB/CH/DG

EXAMINADORES: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues UEPB/CH/DG

Prof. Me. Thiago Leite Brandão de Queiroz UEPB/CH/DG

RESUMO

O presente trabalho trata de elucidar o entendimento e levar a compreensão do processo existente dentro do território e seu dispositivo legal constitucional no âmbito político-administrativo, mas levando também em consideração as articulações políticas partidárias. A pesquisa se deu no Município de Nova Cruz/RN e o processo de fragmentação do seu território ou desmembramento resultando na reprodução do território e a criação de novas municipalidades, evidenciando Passa e Fica/RN. Tal institucionalidade contribui para a criação do município supracitado. O objetivo dessa pesquisa foi analisar a sistemático sócio político neste território, destacando como se deu o processo de fragmentação e posteriormente emancipação do município. Para tanto, recorreu-se a diversas bibliografias e dados secundários para a formação e consolidação desse trabalho. Autores como: Santos (2007); Gomes (2015); Trindade (2010); Abreu (1998), entre outros que foram fundamentais para o estudo. O método consistiu da análise geográfica do território e suas tensões e dinâmicas sócio políticas. Trabalhamos com a pesquisa documental e geo-história que fundamentou a formação do território de Passa e Fica/RN, tendo Nova Cruz/RN, como a base territorial originária. Concluímos observando que os movimentos fragmentários na região ocorreram predominantemente entre as décadas de 1960 a 1970, em Nova Cruz/RN, no entanto, teve seu território reduzido ou fragmentado, com a criação de quatro novos municípios, sendo eles: São José do Campestre/RN (1948), Serra de São Bento (1958), Lagoa D'anta/RN (1962), e Passa e Fica/RN (1962).

Palavras-Chave: Fragmentação Territorial, Desmembramento, Emancipação.

043 - LICENCIATURA PLENA EN GEOGRAFÍA

TÍTULO: GEOGRAFÍA POLITICA: UNA ANALISIS DE LA FRAGMENTACIÓN TERRITORIAL DE NOVA CRUZ / RN Y LA CREACIÓN DEL MUNICIPIO DE PASSA E FICA/RN

LÍNEA DE INVESTIGACIÓN: Poder Local y Organización del Espacio

AUTOR: Alberto da Silva França – Matrícula: 142430170

ORIENTADOR: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto UEPB / CH / DG

EXITOS: Prof. Dr. Leandro Paiva de Monte Rodrigues UEPB / CH / DG

Prof. Maestro. Thiago Leite Brandão de Queiroz UEPB / CH / DG

RESUMEN

El presente trabajo trata de elucidar el entendimiento y llevar la comprensión del proceso existente dentro del territorio y su dispositivo legal constitucional en el ámbito político-administrativo, pero teniendo en cuenta las articulaciones políticas partidistas. La investigación se dio en el Municipio de Nova Cruz/RN y el proceso de fragmentación de su territorio, o desmembramiento resultando en la reproducción del territorio y la creación de nuevas municipalidades, evidenciando Passa e Fica/RN. Esta institucionalidad contribuye a la creación del municipio anteriormente mencionado. El objetivo de esta investigación fue analizar la sistemática socio-política en este territorio, destacando cómo se dio el proceso de fragmentación y posteriormente emancipación del municipio. Para ello, se recurrió a diversas bibliografías y datos secundarios para la formación y consolidación de ese trabajo. Autores como: Santos (2007); Gomes (2015); Trindade (2010); Abreu (1998), entre otros que fueron fundamentales para el estudio. El método consistió del análisis geográfico del territorio y sus tensiones y dinámicas socio-políticas. Trabajamos con la investigación documental y geo-histórica que fundamentó la formación del territorio de Passa e Fica/RN, teniendo Nova Cruz/RN, como la base territorial originaria. Concluimos observando que los movimientos fragmentarios en la región ocurrieron predominantemente entre las décadas de 1960 a 1970, em Nova Cruz/RN, Sin embargo, tuvo su territorio reducido o fragmentado, con la creación de cuatro nuevos municipios, siendo ellos: Passa e Fica/RN (1962), Lagoa D'anta/RN (1962), São José do Campestre/RN (1948), y la Serra de São Bento/RN (1958).

Palabras clave: Fragmentación Territorial, Desmembramiento, Emancipación.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2 | UMA ANÁLISE TEÓRICA SOBRE O TERRITÓRIO E O PROCESSO DE FRAGMENTAÇÃO NA PERSPECTIVA POLÍTICA..... | 14 |
| 3 | BREVE RECORTE POLÍTICO ADMINISTRATIVO DO TERRITÓRIO NORTE RIO GRANDENSE..... | 18 |
| 3.1 | A RELAÇÃO TERRITORIAL DE NOVA CRUZ COM AS NOVAS MUNICIPALIDADES..... | 21 |
| 3.2 | A INFLUÊNCIA OLIGÁRQUICA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL..... | 22 |
| 4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES | 24 |
| 4.1 | O MUNICÍPIO DE PASSA E FICA/RN E SUA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA NO CONTEXTO TERRITORIAL DE NOVA CRUZ /RN..... | 25 |
| 4.2 | PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE PASSA E FICA/RN..... | 29 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 33 |
| | REFERÊNCIAS..... | 35 |

1 INTRODUÇÃO

O território brasileiro desde sua formação vem passando por modificações em sua estrutura administrativa e em seu gerenciamento, haja vista à imensa extensão territorial, em vários períodos da geo-história brasileira, queremos salientar, a tentativa de reformulação do território brasileiro, e que políticas estratégicas foram utilizadas para a manutenção do território. Na perspectiva de Abreu (1998), o autor ressalta que, sobretudo por um fenômeno de fragmentação do território chamado de sistemas de capitanias que não foram capazes de desenvolver e gerir o grande compartimento de terra, fazendo assim sofrer alterações em seu mapa político administrativo.

O território brasileiro passou por profundas transformações territoriais ao longo dos seus 519 anos de formação. Em um breve recorte histórico podemos dizer que o país atravessou um longo período sobre a dominação colonial portuguesa (1500-1808); passou por um curto período enquanto Reino Unido de Portugal (1808-1822); um médio Período como Império independente de Portugal (1822 a 1889) e; um longo período como Brasil República (1889 a 2019) (COSTA, 2016).

Foi a partir do período republicano que o Brasil adotou um sistema político administrativo baseado em uma hierarquia territorial, pautada em Estados, Distritos Federais, e Municípios, com zona urbana, rural e distrital. Foi nessa perspectiva que a pesquisa se desenvolveu, pois, em diferentes momentos, os Estados brasileiros adotaram a lógica política de fragmentação territorial de grandes municípios e em novas municipalidades.

Essa pesquisa é crucial para compreendermos como funciona o processo de fragmentação de um território dando ênfase ao município de Nova Cruz-RN, como o município se consolidou ao longo dos anos e como se originou o município de Passa e Fica/RN. Essa temática, no campo das ciências humanas, em um universo de possibilidades e em suas múltiplas categorias de análises, a escolhida para essa pesquisa, foi o Poder local e organização do espaço. Nessa perspectiva colocamos um olhar geográfico, tendo como linha mestra geografia política que tem como objeto de estudo as articulações políticas e suas relações e tensões no território.

Assim, segundo Santos (2007) a fragmentação política territorial, constitui-se como um fenômeno que desencadeia um sistema de ações, que passa a dinamizar e gerenciar o território, no que concerne a cada novo município, sem levar em

consideração as regiões que sofreram com essa fragmentação, no âmbito socioeconômico, sócio espacial e cultural, que foram afetadas por esse processo de desmembramento ou fragmentação do território. O processo de fragmentação territorial, enquanto divisão política foi compreendida como objeto de relações de poder. É nesta perspectiva que se debruçamos analisar o desmembramento que ocorreu no município de Nova Cruz/RN, que se manifestou o processo de fragmentação e o surgimento de quatro novas unidades territoriais, sendo elas: São José do Campestre/RN, Serra de São Bento/RN, Lagoa D'Anta/RN, Passa e Fica/RN.

A pesquisa nasceu da disciplina “Geografia Política e Geopolítica”, ministrada pelo professor Belarmino Mariano. Isso ocorreu no período de 2016.1. Demonstrei para o professor o interesse pela temática e lhe falei sobre as diferentes municipalidades que surgiram da divisão política e administrativa Municipal de Nova Cruz/RN e de novas unidades territoriais surgidas dessa divisão territorial. Um elemento importante a se destacar na elaboração deste trabalho foi também as minhas participações nas festividades esportivas realizadas nas datas de emancipação política dos municípios supracitados. A partir daí e com a definição do professor em orientar a pesquisa, demos início a montagem do projeto.

Gomes (2015) explica que a discussão territorial se configura em uma construção social, que em contrapartida é na realidade uma ferramenta de poder na construção real da sociedade, no qual é fruto das relações e tem como principal arma política o poder territorial. Sendo assim essas análises territoriais são reproduções das relações sociais e são também formas reveladoras de poder.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar os caminhos que levaram ao processo emancipatório do município de Passa e Fica/RN e seu desmembramento do município de Nova Cruz/RN a luz da Geografia política e da fragmentação territorial desse município, além do mais é importante também analisar os aspectos históricos da política administrativa deste município, identificar como se iniciou a política de desmembramento do município oriundo, e resgatar a importância deste município para o cenário político estadual.

A pesquisa tratou de analisar os processos de origem dessa formação territorial do município que se emancipou politicamente de Nova Cruz/RN, considerando a elevação à condição de município, diante de um fenômeno de

fragmentação do território, fornecendo uma melhor compreensão de como se deu o processo de emancipação político administrativo territorial, gerando assim uma nova organização de estrutura político-administrativa.

Mariano Neto (2016) joga luz sobre a questão do federalismo brasileiro, quando se analisa que, durante a ditadura militar, passou a existir uma grande centralização do poder, em Brasília e que os Estados brasileiros ficaram sufocados pela pressão dos militares, que definiam governadores biônicos. Entre os anos de 1964 a 1985, o país passou a adotar uma medida legal de maior autonomia para os municípios os tornando, entes federativos e com isso, passou a existir uma maior pressão dos grandes municípios e distritos municipais pela emancipação política, na perspectiva de que os prefeitos possam acessar recursos diretamente do governo federal.

O território brasileiro vem sofrendo alterações geográficas e políticas desde o período colonial. A primeira divisão territorial do Brasil ocorreu entre 1534 e 1536, quando D. João III criou 14 Capitanias hereditárias, divididas em 15 lotes e distribuídas a 12 donatários. Assim, vale salientar que essa ação não alterou as relações de poder, pois o Brasil continuou enquanto uma colônia de exploração subjugada a Portugal, tendo apenas novos donatários lusitanos para fazer desenvolver a colônia, dentro das políticas mercantilistas da época, (Vianna, 1961, apud Martins, 2001).

O presente trabalho se desenvolveu sob uma perspectiva de construir uma melhor compreensão acerca do processo de formação e fragmentação do território resultando na criação de um novo território, sendo assim uma análise de como se deu o processo de fragmentação territorial de Nova Cruz/RN, acontecendo uma mudança no mapa político administrativo da própria região do estudo.

Para a construção desse artigo foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos, Livros, artigos e teses que põem os assuntos em discussão. Foram realizadas entrevistas com moradores da área estudada dando destaque à formação do novo município emancipado. A pesquisa é ao mesmo tempo, teórica e empírica, pois foi preciso investigar se os habitantes possuem essa compreensão territorial e política que foi gerada durante a grande onda de fragmentação territorial e formação de novas unidades municipais locais? Por fim, esta pesquisa buscou salientar ao entendimento daqueles que se interessam pela compressão do processo de fragmentação ou desmembramento do processo político administrativo e

gerenciamento do território em análise. Sobretudo o presente trabalho tem como via a construção e consolidação do território emancipado.

O foco do estudo foi voltado para a unidade municipal de Passa e Fica/RN no contexto regional, considerando que quadro novos municípios que se emanciparam de Nova Cruz/RN, passou a existir uma nova correlação de forças políticas locais e regionais, bem como o contato direto das novas municipalidades com as esferas estaduais e federais, gerando uma nova perspectiva de vida política, econômica, social e cultural, que antes eram concentradas na esfera de Nova Cruz/RN, como única e centralizada estruturada de poder, político econômico, social e cultural, que deu a Nova Cruz/RN o status de a Rainha do Agreste Potiguar.

2 UMA ANÁLISE TEÓRICA SOBRE O TERRITÓRIO E O PROCESSO DE FRAGMENTAÇÃO NA PERSPECTIVA POLÍTICA

A complexidade do território brasileiro e sua formação e gerenciamento, não foi, nem nunca será, uma tarefa fácil, haja vista, a magnitude da extensão do território brasileiro conquistado, defendido e consolidado pelos portugueses, sendo o quinto maior em extensão territorial continental do planeta. A discussão sobre o território e os fenômenos causadores, bem como o processo de fragmentação é intrínseco e abrangente em diversas linhas de estudiosos da sociedade, sejam geógrafos, historiadores, antropólogos, economistas, sociólogos, entre outros.

O território é o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência (Santos, 2007, p. 13).

Fica claro, que as bases do território são as ações humanas, quando pelas suas inspirações criam instrumentos de estruturação tornando-se dirigentes regularizadores dos domínios conquistados, uma vez mais o autor apresenta indícios de que o território se dá por forças e circunstâncias políticas, pois as forças e fraquezas humanas podem se encontrar em suas disputas e conflitos pelo controle do território, assinatura e essência de toda a história humana.

O território do Rio Grande do Norte, no contexto do Brasil, até a chegada dos tempos atuais, o poder se consolidou por meio de demonstração de força e controle em suas relações, pois a igreja e os donos de terras eram os que possuíam a grande área territorial e dominavam toda a estrutura administrativa da época. Nesse contexto, o Estado brasileiro, sempre garantiu a propriedade privada da terra para as elites dominantes, tendo a igreja dentro desse esquema de dominação pela fé, pelo pecado e pelo medo dos fies.

Foucault (1976) enfatiza que o poder está em toda parte, tendo como princípio fundamental e em qualquer espécie de relação. Nesse caso, as relações humanas são políticas e territoriais, ora subjetivas, ora objetivas, deixando marcas concretas nas paisagens, nos lugares e nas regiões. O Nordeste brasileiro é um bom exemplo da dominação dos senhores de terras e deles surgiram os principais agrupamentos humanos que atualmente formam as principais cidades e seus perímetros rurais, dominados por estes senhores.

O conceito de território remete aos espaços e suas ações, manifestadas por seus agentes sociais, que se apropriam e usam dos seus recursos existentes para consolidação do território. No entanto para um dos pioneiros dos conceitos de espaço e território, o espaço é anterior e mais abrangente, representado pela ideia de que o território é um espaço de poder.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

A formação territorial acontece de modo sistemático, ou seja, só se torna território concreto por meio de um sistema que possibilita dimensões políticas, que desembocam todas as ações econômicas, sociais e culturais. De acordo com Corrêa (1996, p, 251), "Território constitui-se, em realidade, um conceito subordinado a outro mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetivo ou ambos". Estes autores nos deram base para pensarmos o conceito de geografia política no contexto territorial.

Podemos então entender que o território se consolida no espaço com suas respectivas práticas sociais, sendo assim um fator instrumental da reprodução e de

suas inter-relações entre os distintos seguimentos existentes na sociedade. Estes argumentos vindos de Corrêa (1996) nos servem tanto como referencial, quanto como conceito chave para a ideia de território enquanto espaço de poder.

Para Santos e Silveira (2008) conceituar a palavra território vai além, sobretudo, da expressão ocupação é uso de um determinado espaço, mais ainda, de interpretação das manifestações e suas relações existentes, que posteriormente será criada toda uma infraestrutura, ou seja, uma sistemática de estruturação e gerenciamento, sendo assim é praticamente impossível falar de território sem usar o sentido político, pela implantação de dinâmicas geradoras de uma divisão territorial. Estes autores foram fundamentais para nosso entendimento de que os territórios, na medida em que são definidos enquanto municípios carregam em si o poder político local, e este quase sempre fica nas mãos dos históricos proprietários de terras que sempre dominaram o processo produtivo e a vida das pessoas desses lugares.

Assim sendo, novas compartimentação políticas do território, a exemplo, a criação de novos municípios passam segundo essa vertente teórica, pelo processo de desterritorialização e reterritorialização, em vista que, uma nova classificação do território, decorrente de uma normatização político-jurídica, cria novos conteúdos territoriais, por meio de novas atuações de poder, novas formas de organização espacial, social, estrutural, funcional e organizacional, intermedidas pelo poder público, através da estrutura administrativa implantada, refletindo conseqüentemente na vida da comunidade local (CUNHA; BELIZARIO, 2013, p.119).

O que determina o processo político territorial e a sistemática adotada, ou seja, que se cria uma política organizacional tornando um espaço dinamizado em suas relações de poder econômico, social, ambiental, cultural, e político administrativo territorial (HAERSBAERT, 1999). Essa visão nos ajuda a compreender que o território possui dinamismo socioeconômico, em especial para quem o controla politicamente. Isso gera novas territorialidades para os donos do poder local e regional.

Haersbaert (1999), assim como outros autores, também faz uso da política de fragmentação ou desmembramento que se apresentam como processos políticos vinculados a interesses de classes elitizadas na região com movimentos que expõem desejo de gerenciamento do território propondo uma reorganização do espaço ocupado pelo dispositivo político-institucional-administrativo do território, ou seja, uma ferramenta política legal constitucional, que se dá pela norma fundante do

país que possibilita a formação e gestão de uma estrutura política administrativa local do território, essas divisões políticas sempre estiveram manifestas, na intenção de beneficiar os agentes políticos envolvidos nas relações (GOMES, 2015).

Segundo Legislação específica cuja base se encontra na lei maior do país, a constituição Federal. No entanto, não podemos negar o conteúdo político desse processo, uma vez que o modelo de estado ao qual o município se relaciona é ditado por forças de caráter material, assim como ideológico, expressando, dessa forma, a hegemonia de classe, ou aliança de classes sobre outras (GOMES, 2008, p 235).

O autor se refere aos poderes emanados das políticas econômicas exercidas pelas classes sociais que expressam o poder e as disputas em meio aos interesses de controle dos territórios. Quando se trata de unidades políticas, ao exemplo de estados ou municípios, bem como esferas de poder, ao exemplo dos poderes legislativos e judiciários, entra em cena a diplomacia e o poder econômico, que marca as disputas pelo controle dos cargos e das instituições que geram as unidades territoriais de um país, estado ou município. Esse é o cerne da questão em nosso estudo, pois os grupos econômicos que controlam os espaços de poder são os mesmo que controlam de maneira privada a terra e outros tipos de atividades produtivas locais.

De acordo com Santos (2007), o processo de fragmentação do território que resultará na reprodução do território que implicará na fragmentação também das desigualdades municipais. Segundo esse autor supracitado, O processo de fragmentação é constitucional, mas quando essa desmembração é feita de formar desestruturada ela vai acarretar conflitos nos mesmos reproduzidos, ou seja, nos novos territórios, agora, consolidado e elevado, sendo assim as desigualdades também se reproduzirão causando caos e desajustes na malha municipal.

A fragmentação territorial no Brasil, em especial a partir do período republicano sugere que as novas municipalidades geraram novas disputas e novos controles de poder, abrindo novos espaços para que os agrupamentos políticos tradicionais se revezem no poder local, agora fragmentados em novos municípios. Esse foi o caso do município de Nova Cruz/RN, que foi a matriz para quatro novos municípios.

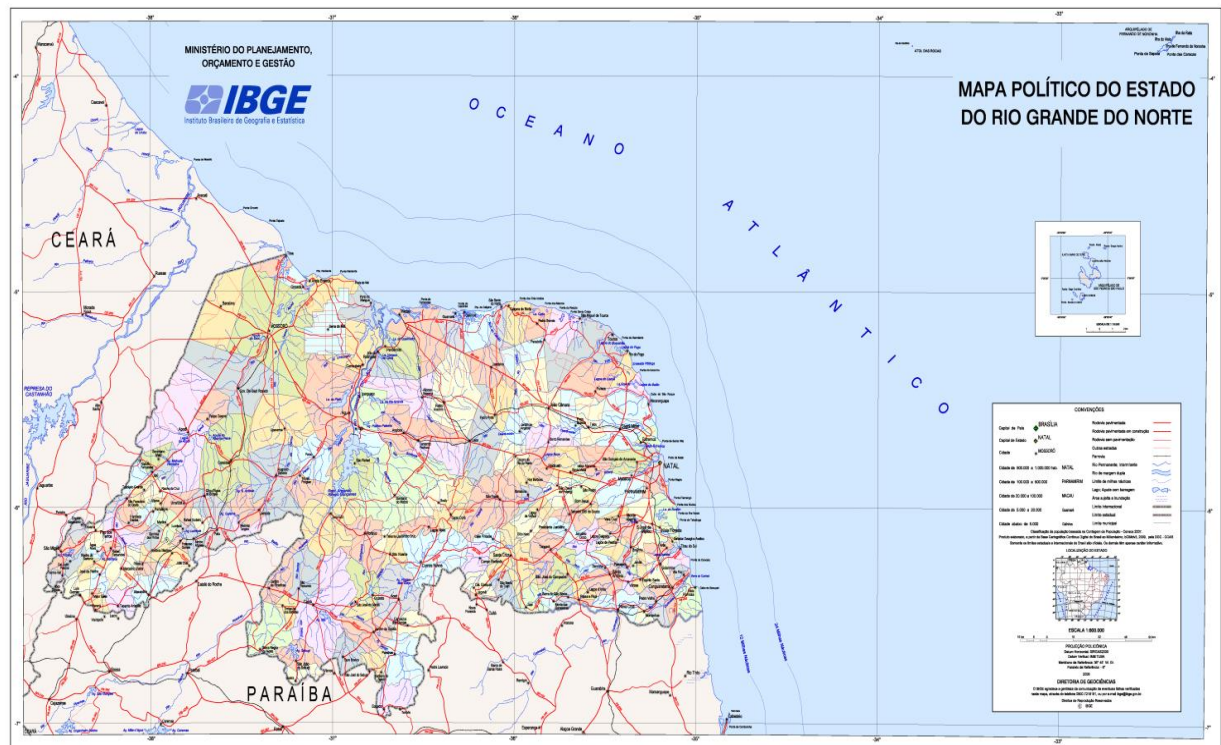
Esse foi o principal interesse em fazer esse estudo, pois no Rio Grande do Norte, foi possível observar que vários municípios sofreram o processo de fragmentação territorial e político administrativo. A escolha em estudar os municípios originais do município de Nova Cruz-RN e o surgimento de quatro novas municipalidades deu o norte para essa pesquisa. Os autores escolhidos como referencial teórico deram conta em apresentar o tema de maneira ampla. A geografia política e a geopolítica que, aparentemente trata de questões gerais ou globais, quando vista sob a ótica de pesquisas locais, também responde por temas como o nosso.

3 BREVE RECORTE POLÍTICO ADMINISTRATIVO DO TERRITÓRIO NORTE RIO GRANDENSE

Escolhemos esse recorte político dos acontecimentos que se desenvolveram em uma ordem cronológica política histórica no território do Rio Grande do Norte, de maneira que possamos fazer uma contextualização dos episódios ocorridos no cenário político regional, estadual, local, e posteriori analisar as manifestações dos agentes políticos nesse processo de articulações que desencadearam a estruturação do território norte-rio-grandense em seu contexto territorial em fragmentação.

Originalmente os colonizadores não demonstraram maior interesse pelas terras potiguares por haver dificuldades de penetração no interior da capitania, chamada Rio Grande, então colonos franceses, holandeses, espanhóis e ingleses expressaram imenso interesse pelas novas terras recém-descobertas, então em tentativa de iniciar o processo de colonização daquelas terras, desbravaram em busca da conquista mais encontram obstáculos no processo, como epidemias e conflitos com os nativos do interior da capitania, até expulsão pela guarda de Portugal, que foi enviada em missão para reorganizar a política administrativa do território (TEIXEIRA, 2009). No contexto brasileiro o Rio Grande do Norte se localiza na Região Nordeste, sendo limitado ao Norte e Leste pelo Oceano Atlântico, ao Sul pelo Estado da Paraíba e ao Oeste pelo Estado do Ceará (Figura 01):

Figura 01: Localização do Estado do Rio Grande do Norte no Nordeste brasileiro



FONTE: IBGE, 2009.

Segundo Teixeira (2009), o território doravante chamado de Rio Grande do Norte, se desenvolveu lentamente, não há distinção em sua formação se comparado a outros territórios coloniais e posteriormente aos estados brasileiros, evidência forte e resquícios de uma república velha, ou seja, um modelo ultrapassado de política administrativa do território, sem compaixão dos nativos existentes primariamente no espaço, bem anterior ao território.

A muito, como interpreta alguns autores do conceito de território, nesta região adotaram uma política de exploração dos indígenas, que foram dizimados e os que restaram foram levados à escravidão proporcionando a reprodução das injustiças por parte, dos ocupantes do espaço, aplicando a mesma política da formação territorial brasileira de autoritarismo agora na esfera da política regional e a posteriori local.

Para Moraes (2004), o século XVII e XVIII inicia-se o processo de desenvolvimento do território norte-rio-grandense no contexto socioeconômico, sendo o rio grande destaque na produção de sal, ao litoral e no interior grandes

escalas de produção de cana-de-açúcar, algodão, e posteriormente no manejo de gado, de caprino, para o gerenciamento dos núcleos populacionais e também, a agricultura familiar presente, que propiciaram um grande avanço, emergi as técnicas de cultivo das culturas, é nessa perspectiva que ocorre a modificação da paisagem, passando do rural para o urbano, ou seja, é nesse ritmo acelerado que surgir o urbanismo da região supracitada e conseqüentemente a primeira cidade denominada Natal.

Segundo Moraes (2004) ainda no início do século XVIII surgiu um núcleo populacional a partir do desenvolvimento do território às margens do rio Curimataú, posteriormente foram feitas instalações para abrigar os boiadeiros da Paraíba e de Pernambuco, conhecidos como os tropeiros da Borborema que apesar de no período não ser estabelecida pecuária na área, servia de caminho por onde passava os trabalhadores dessa atividade, os que por ali passavam se hospedavam, nessa pousada pertencente aos primeiros moradores do mais novo arruado.

O território supracitado está situado na região Agreste Potiguar do estado do Rio Grande do Norte. Tendo sido constituído em 1852, pela Lei Provincial N.º 245, mas só em 03 de dezembro de 1919, passa também a sua sede a ser denominada cidade, tendo como limite os municípios de Montanhas, Lagoa d'Anta, Santo Antônio, Pedro Velho, Canguaretama, Passa e Fica, Goianinha, Brejinho e Monte Alegre, respectivamente. Além destes, outros municípios do estado da Paraíba, como Jacaraú e Logradouro (MORAIS, 2004).

Teixeira (2009) ressalta que, na segunda metade do século XIX e mais ainda no XX, houve uma grande onda de fragmentação do território, devido ao crescimento no número de municípios das cidades, acarretando o desmembramento dos municípios mais antigos e a construção de novas municipalidades. É nesse contexto que surge o território de Nova Cruz, originalmente desmembrado do município de Goianinha.

Para Moraes (2004), Nova Cruz passou de plural para se fragmentar em um processo singular do território, então singularmente surgiu novas municipalidades, sendo São José do Campestre (1948), Serra de São Bento (1958), Passa e Fica (1962), Lagoa D'Anta (1962) O autor, apesar de não citar em detalhes, esse novo arranjo territorial modificou as relações de poder, abrindo espaço para que novas

lideranças passassem a assumir o poder local, mas o estudo demonstra que esse poder continuou nas mãos dos proprietários de terras locais, como seus familiares exercendo os cargos públicos passando os mesmos a exercer o poder local.

3.1 A RELAÇÃO TERRITORIAL DE NOVA CRUZ COM AS NOVAS MUNICIPALIDADES

A Primeira república empregou um “regime político oligárquico” administrativo no território, na verdade cada unidade da federação foi deixada em estado de abandono, sobretudo, descentralizando o poder, e criando assim oportunidades para que as oligarquias regionais manifestassem o desejo de aparelhar o Estado em mãos de uma classe dominante e exclusivista, modelo político esse, tão presente no rincão do território brasileiro (COSTA, 2016).

Mariano Neto (2015) em um estudo sobre as oligarquias em Guarabira/PB, indaga sobre a possibilidade do uso do conceito de oligarquias para os dias atuais. Para o autor, apesar das significativas mudanças políticas que ocorreram no Brasil, quando nós voltamos para as cidades interioranas, em especial do Nordeste brasileiro, ainda é possível encontrarmos situações típicas de grupos políticos familiares tradicionais, que controlam os espaços de poder aos moldes das antigas oligarquias que dominaram a cena política durante os séculos XIX e XX.

Assim como Delgado (2005), o estado do Rio Grande do Norte também sofreu fortemente a influência das oligarquias, configuração política administrativa, sistema esse adotado pelo estado, é nesse contexto que vai emergir inicialmente, a oligarquia Albuquerque Maranhão, com grande representação no cenário socioeconômico, sobretudo, o grupo tem supremacia na produção açucareira, sendo base econômica do estado, em suma possui dominação garantida no território e com participação direta nas articulações políticas, com a utilização da máquina pública, disponível às suas ordens e mandados, tendo total sustentação das oligarquias vigorantes no estado.

Além disso, as oligarquias potiguares mantinham o poder político e econômico do Estado, através da compra de voto. Como se não bastasse, o

enfrentamento das agruras da seca pelo Governo Central era de caráter emergencial, através da doação de dinheiro e farinha, constituintes dos socorros públicos. A “ajuda” do governo e sua atenção para com o problema restringiam-se apenas aos longos períodos de estiagem e criava uma situação de dependência econômica e social por parte da população afetada. Os grupos oligárquicos estaduais ficavam fortalecidos, uma vez que tirava proveito dessa situação através da oferta de dinheiro, farinha ou de algum trabalho em suas propriedades fundiárias (BORBOSA, 2016, p.40).

As “estacas e arames” das famílias oligárquicas presentes no território e suas influencias na formação territorial, sobretudo no município de Nova Cruz, não foge a essa regra, inicialmente pela dominação das famílias: Albuquerque Maranhão, Medeiros, Alves, Maia, Rosado, Aranha Marinho, Arruda Câmara, Moreira, Carvalho e Lisboa. Essas famílias prevaleceram e exercem influências até os dias de hoje, e tem suas representações no cenário da política nacional, regional, estadual, e local com seus descendentes. Estes grupos se revezaram no poder quase como se fossem herdeiros do poder local e regional.

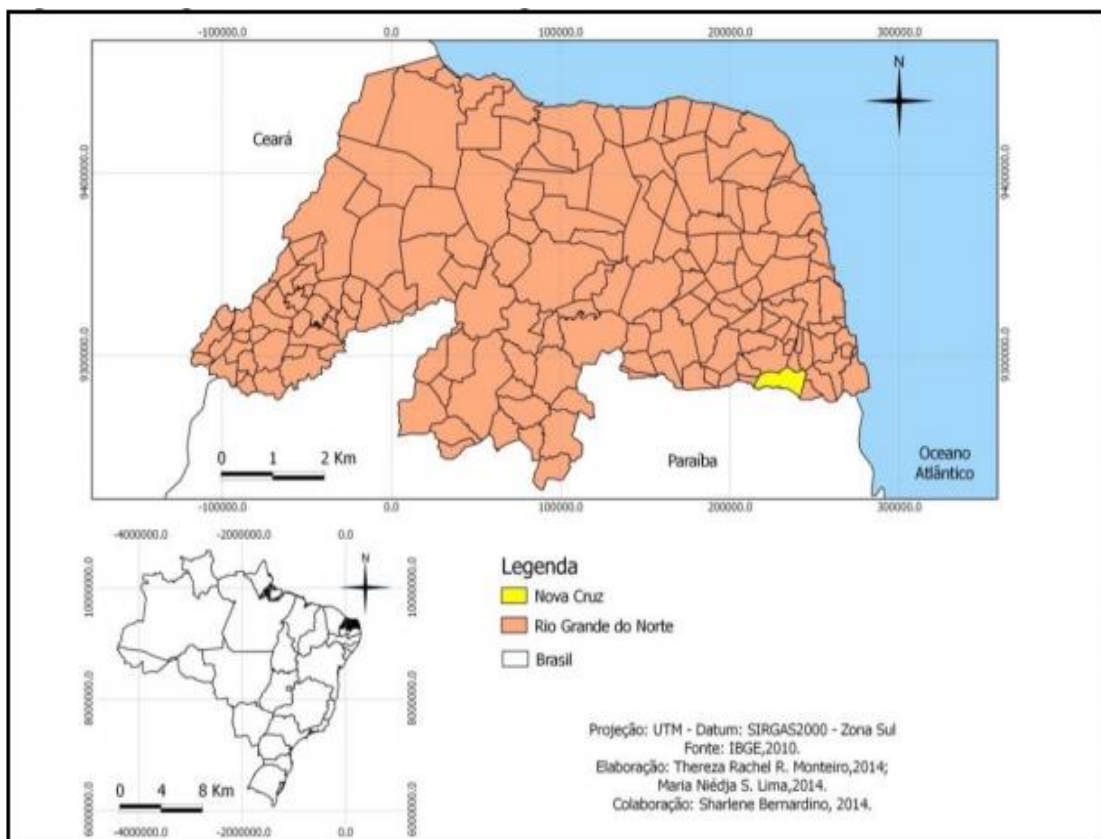
3.2 A INFLUÊNCIA OLIGÁRQUICA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL

O processo de fragmentação do território que se desencadeou no município de Nova Cruz/RN se constituiu da seguinte forma, em sua estruturação e desenvolvimento, não contava com os povoamentos que posterior se tornariam distritos do mesmo, então surgiram em seus contornos os movimentos emancipatórios, sendo o município sede originário das unidades municipais, que buscando autonomia política administrativa pleitearam no processo de desmembramento de seu território, mesmo com esse dilaceramento territorial, ainda assim Nova Cruz /RN, manteve o foro de cidade progressista que possui até os dias de hoje, relação econômica fortíssima no desenvolvimento das municipalidades, permanecendo como cidade polo famosa pela feira semanal (BERNADINO, 2015).

Bernadino (2015), ainda argumenta que, os agricultores, pequenos produtores, comerciantes, levam seus produtos para vender, contribuindo efetivamente para a manutenção de renda do município. Sendo assim, os microempresários com suas instalações e com seus empreendimentos traziam

investimentos até a cidade. Portanto, uma relação sócia espacial, socioeconômica e cultural, também exercendo grande influência no abastecimento de cultura de subsistência, possuindo dinamismo econômico, e mantendo assim um mercado varejista que abastece as cidades circunvizinhas. Como podemos ver na (Figura 02), mostra o Estado do Rio Grande do Norte/RN, em destaque na cor amarela o município de Nova Cruz/RN:

Figura 02: Localização de Nova Cruz/RN



Fonte: BERNADINO, 2015 a partir da base cartográfica do IBGE (BRASIL, 2014)

A relação organizacional política administrativa do território em algumas regiões do Rio Grande do Norte manteve o poder local centralizado e fortalecido na figura dos agentes políticos, notadamente o controle foi estabelecendo na mão de algumas famílias tradicionais a partir da unidade territorial municipal.

Escolhemos como exemplo Passa e Fica/RN, como município que se emancipou de Nova Cruz, para destacar seu processo de desmembramento ou

fragmentação do território, sobretudo elucidar que por meio do dispositivo legal constitucional e por força política partidária por parte das elites, ou seja, classe dominante essa, que sempre manteve o poder da máquina pública como suas ferramentas políticas tradicionais de favorecimento dos seus apadrinhados.

Os fragmentos do território de Nova Cruz/RN, que se constituíram as quatro novas municipalidades, teve seu desenvolvimento político administrativo em seus limites, ou seja, se valendo da aproximação do município sede e mantendo relações no hábito socioeconômico da região, de maneira bastante rápida foram se desmembrando em um processo de fragmentação do território originário, de modo que tiveram seu desenvolvimento territorial no contexto de Nova Cruz/RN, os municípios de São José do Campestre/RN, Serra de São Bento/RN, Lagoa D'anta/RN, Passa e Fica/RN, mantêm uma economia pautada na agricultura e pecuária, são as principais fontes de renda destes municípios que foram desmembrados e anexados a malha política administrativa do estado do Rio Grande do Norte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse trabalho foi dividido em três partes, a primeira parte, corresponde à tentativa de elucidar a compreensão da formação territorial e gerenciamento do território brasileiro em seu processo de colonização, tendo como pano de fundo as políticas adotadas para manter a manutenção e organização da grande extensão de terra, vislumbrando uma divisão política administrativa territorial, proporcionando estratégia de gerir o compartimento, levando em consideração os sistemas empregados pelos colonos, fazendo assim um breve recorte político histórico administrativo do território.

Na segunda parte, debruçamos em uma perspectiva de análise do território e o uso do dispositivo legal que possibilita o gerenciamento, onde destacamos a formação territorial de Nova Cruz/RN e sua consolidação como membro da federação brasileira. Posteriormente, levou em consideração o desenvolvimento desse território, sobretudo seus agentes responsáveis pelo gerir político

administrativo trabalharam com o conceito de território e o fenômeno em torno de sua formação e o processo de fragmentação territorial.

Considerando o processo político administrativo do território de Nova Cruz/RN, e o surgimento de novas municipalidades e a relação do município originário com esses municípios que se reproduziram em um processo de fragmentação ou desmembramento do território, tendo como objeto de estudo o município de Passa e Fica/RN, como exemplo de consolidação do seu território na malha política estadual do Rio Grande do Norte, que consistiu no processo de emancipação política e os seus agentes públicos na articulação política local, na perspectiva de trazer a compreensão do dinamismo do poder político.

4.1 O MUNICÍPIO DE PASSA E FICA/RN E SUA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA NO CONTEXTO TERRITORIAL DE NOVA CRUZ /RN.

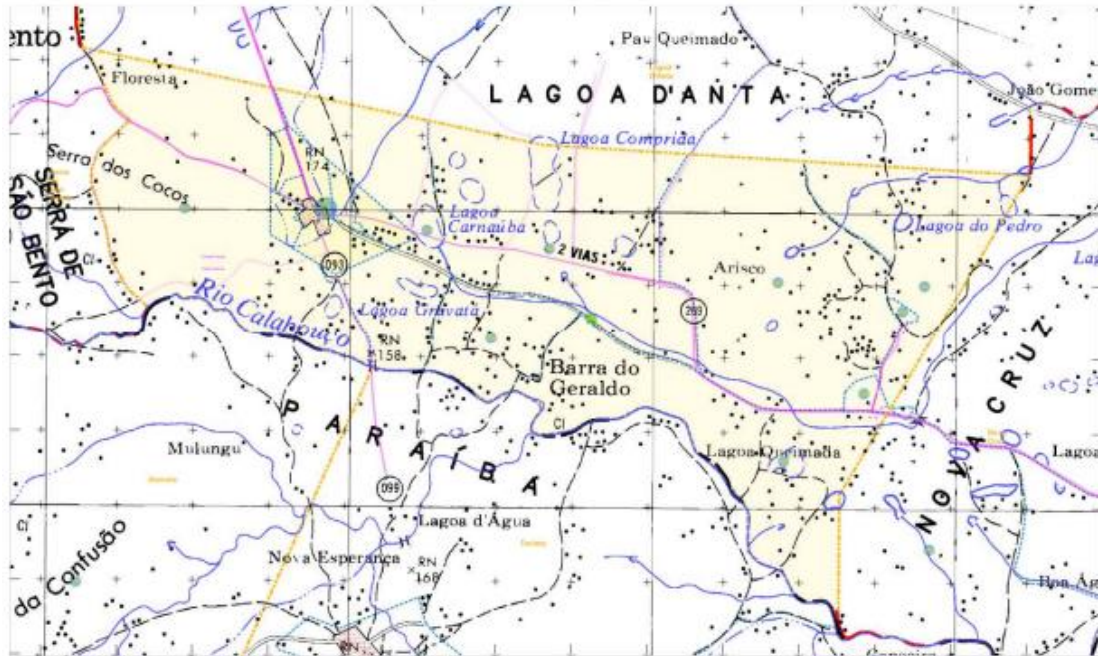
A emancipação política de Passa e Fica/RN, no contexto territorial do município de Nova Cruz/RN, que ganhou por força de lei autonomia política administrativa, sobretudo pela norma fundante do país “Constituição Federal” que em seus parâmetros constitucionais garantem o desmembramento dos territórios, para se tornarem novos municípios.

Desta forma, se deu nesse novo município do agreste potiguar, transferindo o poder local para as mãos das representações políticas partidárias, reproduzindo o mesmo modelo político administrativo empregado no território originário, pela reformulação política administrativa do distrito para se elevar como unidade municipal do Estado do Rio Grande do Norte, que teve sua elevação à categoria com a lei nº 2.782/62 sendo desmembrado politicamente do município de Nova Cruz/RN.

Observaremos assim, na figura a seguir, como ocorreu à delimitação territorial do município de Passa e Fica/RN redimensionado pela linha amarela, os municípios que fazem limitações com esse território são: Lagoa D’Anta/RN, Serra de São Bento/RN, Nova Cruz/RN, e fazendo ainda, fronteira com o estado da Paraíba.

Como podemos ver na (Figura 03) mais adiante, sobre essa delimitação territorial mais visível:

Figura 03: Delimitação Territorial do município de Passa e Fica/RN



Fonte: Extraído de JESUÍNO, 2013.

O município de Passa e Fica situa-se em zona fisiográfica de caatinga, localizado na Mesorregião do agreste potiguar, está inserido na região imediata do agreste potiguar, entre os paralelos 6° 26 09 de latitude sul e entre os meridianos 35° 38 35 de longitude oeste. Passa e Fica limita-se com os seguintes municípios: ao Norte: Campo de Santana-PB; ao leste: os municípios de Nova Cruz-RN e Lagoa D'Anta- RN; e ao oeste: Serra de São Bento-RN. Abrange uma área de 43 Km², equivalente a 0,08% da superfície estadual, inseridos na folha São José Campestre (SB, 25-Y-A-I), na escala 1:100.000, editados pela SUDENE (CPRN,2005, p.02).

Notadamente houve transformações na relação política administrativa entre a municipalidade, principalmente partidária no percurso do processo emancipatório do município supracitado, mantendo hoje uma inter-relação com os municípios que se fragmentaram do território anteriormente sede das municipalidades existentes, as manifestações políticas entre os munícipes, uma vez que o poder foi mudado de mãos, não se percebe presença política de agentes do território original, mantendo relações apenas socioeconômicas no desenvolvimento das bases de estruturação

no campo burocrático, bem como o poder público e outros órgãos da estrutura existente, no gerenciamento sócio espacial, ou seja, a relação política e quase que nenhuma no território de Passa Fica/RN (CAVALCANTE, 2008) (Figura 04):

Figura 04: Imagem aérea de Passa e Fica/RN – Outubro/2001



Fonte: Imagem exposta na sede da Prefeitura de Passa e Fica/RN, sem autor.

Passa e Fica é um dos 167 municípios que formam o estado do Rio Grande do Norte, estando localizado na região geográfica intermediária e imediata do Agreste potiguar. Limita-se com os seguintes municípios, Campo de Santana/PB, Nova Cruz/RN, Lagoa D´Anta/RN, Serra de São Bento/RN. Sua população é cerca de 13.076 habitantes, segundo as estimativas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2018, apresenta uma extensão territorial de 42,137 km², e uma densidade demográfica de 263,43 hab./km², representando 0,079% do território do RN, 0,0027% da região nordeste e 0,00049% do território nacional (IBGE, 2018).

A sede do município está localizada entre os paralelos 6° 26' 09" de latitude sul e entre os meridianos 35° 38' 35" de longitude oeste, tem uma altitude média de 189 m, distante 129 Km, de Natal, capital do Estado (CPRM, 2005). Essa relativa aproximação do município com a capital norte-rio-grandense, favorece o acesso e o

fortalecimento econômico local. Também está distante de João Pessoa-PB 155 km, de Campina Grande-PB 128 km e de Guarabira 58 km. Como observamos, essas distâncias são relativas e o sistema rodoviário favorece uma dinâmica socioeconômica forte em relação aos principais centros urbanos regionais.

O município de Passa e Fica está inserido na bacia hidrológica do Curimataú, pela microbacia do Rio Calabouço. Este é um dos principais afluentes do Rio Curimataú, que é de fundamental importância para os municípios da região. Em decorrência da devastação da mata ciliar, da irregularidade das chuvas e da temperatura, o curso d'água desse rio tornou-se intermitente. Registra-se ainda no município o Açude Calabouço, com capacidade para 1.443.000 m³, e as lagoas: comprida, do Pedro, do Rancho, Gravatá, da Carnaúba e do Venâncio (Cavalcante, 2006, p. 353).

Em relação a sua estrutura urbana, podemos perceber que o município de Passa e Fica/RN, apesar de ser relativamente jovem, apenas com 57 anos de emancipação. Vem tendo um crescimento populacional de seu território, que se estende consecutivamente. A cidade potencializou sua estrutura turística, que contribuiu em seu desenvolvimento se sobressaindo entre os municípios que faz limitações com a mesma. Logo, podemos perceber em seu aspecto urbano, a suntuosa beleza paisagística do município de Passa e Fica/RN e seu desenvolvimento urbano, observem na (figura 05 - A, B, C, D):

Figura 05 (A, B, C, D): Imagens aéreas sobre o Desenvolvimento da malha urbana de Passa e Fica/RN.



Fonte: Exposição de quadros da Prefeitura de Passa e Fica/RN, 2010.

Fazendo um contraste da (Figura 5: A, B, C, D,) com a (Figura 04) supracitada se percebe que é notório o desenvolvimento urbano do município de Passa e Fica/RN, haja vista seus aspectos paisagístico, considerando as modificações da paisagem passando do rural para o urbano em um curto espaço de tempo, fazendo do município de Passa e Fica/RN uma cidade interiorana bem estruturada com potencial progressista.

Segundo o IBGE (2017), no município de Passa e Fica/RN, a população no último censo (2010) foi um total de 11.100 habitantes, no entanto, para o ano de 2018 a estimativa de habitantes subiu para 13.076 pessoas, mostrando esse crescimento populacional. Ainda sobre a educação do município, há um índice positivo sobre a escolarização da população, uma taxa de 97% de escolarização entre pessoas de 6 a 14 anos de idade, mostrando assim uma estimativa favorável. Como podemos ver no censo (2010) sobre a educação:

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 3.9 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.6. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 115 de 167. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 53 de 167. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97 em 2010. Isso posicionava o município na posição 119 de 167 dentre as cidades do estado e na posição 3641 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2017)

Assim, sobre o território e ambiente do município supracitado, “Apresenta 58.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 79.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 4.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). [...]” (IBGE, 2017). Evidenciando um desenvolvimento no município bastante significativos entre os anos consecutivos em que mostram os índices no IBGE.

4.2 PROCESSO POLÍTICO EMANCIPATÓRIO DE PASSA E FICA/RN

Quem diria que o espaço desabitado que servia de estrada de acesso entre os municípios de Nova Cruz e Serra de São Bento, no ano de 1929, inicialmente

com Daniel Laureano de Sousa, o pioneiro do povoado que construiu uma casa naquela localidade, em sua casa iniciaria uma bodega, servindo de parada dos que por ali passavam, em torno do negócio surgiu um núcleo populacional que posteriormente se constituiria a Fazenda Passa e Fica/RN. (CAVALCANTE, 2008)

No início da década de 1960, Celso Lisboa oligarca de influência na região, juntamente com o político Lauro Arruda Câmara, pleiteiam no movimento emancipatório do território anteriormente anexado ao município de Nova Cruz, sede originária do povoado que demonstram indicadores importantes para articular o processo por parte da representação política, ou seja, a representantes políticos da família Lisboa que pendura até os dias de hoje. Tratavam dos negócios do território buscando autonomia política para manter o gerenciamento territorial, alegando precariedade da população ao acesso aos serviços públicos destinados ao povoado, mas não passava do desejo ambicioso de manter o poder político administrativo do território (SILVA, 2018).

Nova Cruz/RN, apresenta dificuldades na administração do seu território, dando abertura aos movimentos emancipatórios que resultaram no processo de fragmentação territorial, que se deu com a ocupação e desenvolvimento dos territórios oriundos desse compartimento. É nesse contexto que surgiram os primeiros agentes políticos a exercer dominação e usando do dinamismo da região local, como ferramenta política administrativa, que não mediu esforços para elevar o povoado de Passa e Fica/RN, pertencente anteriormente ao município de Nova Cruz/RN, à categoria de município.

No que concerne ao processo de emancipação política por parte deste município, em meio às mazelas de uma política velha, o município é destaque em seus aspectos turísticos econômicos, demonstrando grandes transformações na infraestrutura como na educação, saúde, saneamento básico entre outros benefícios, sendo assim a emancipação política tornou acessível à população aos serviços públicos de maneira que, é perceptível aos moradores do município as mudanças no desenvolvimento da cidade e as grandes transformações benéficas nessa nova municipalidade.

Com a emancipação política, Passa e Fica/RN passou a gerar o seu próprio poder executivo municipal, com as eleições para prefeito, gerando uma autonomia

política administrativa do território que passou a fortalecer o poder político local. Esse processo marcou a vida de 14 prefeitos, sendo um prefeito provisório Ociram Damasceno Barbosa, que governou de 31 de janeiro de 1964 com assunção definitiva de Celso Lisboa no dia 01 de fevereiro 1964 no cargo de primeiro prefeito do município que teve seu mandato prolongado com reeleição até o ano de 1976, em suma governou o município de Passa e Fica/RN, por um período de quinze anos.

Segundo Silva (2018), surgiu no cenário político do município de Passa e Fica/RN, o senhor Antônio Fernandes, que foi eleito fazendo oposição à família Lisboa no município. Sendo o único prefeito na história do município, não pertencente à família Lisboa, que governou até o ano 1982 com aproximação do termino do seu mandato, houve trabalhos de articulação política por parte dos Lisboa, para voltar ao posto do executivo. No ano de 1982 foi eleito Ariam da Cunha Lima, que governou até 1988, posteriormente foi lançado para a sucessão Pedro Augusto Lisboa entre os anos 1989, em 1992 retorna ao poder o ex-prefeito. Ariam, por indicação de seu sobrinho, que governou por quatro anos alternando o poder político local.

Posteriormente, em gratidão ao benefício novamente Pedro Augusto é indicado em 1996, ao ser eleito governou por oito anos, por volta dos anos 2000, por lei eleitoral foi contemplado mantendo-se na gestão do município até idos 2004, indicando seu sobrinho Celso Luiz Marinho Lisboa, eleito governou até 2008, pelo o gesto indica novamente seu tio Pedro Augusto, eleito governou até 2012, permanecendo no cargo até 2016, em suma governou o município por vinte anos.

Atualmente se encontra no cargo do executivo do município Celso Luiz Marinho Lisboa, voltando ao poder local, em substituição do seu primo Leonardo Moreira Lisboa, que teve seu mandato caçado no ano de 2018, por improbidade administrativa. Dessa forma, podemos ver no quadro de representantes do poder executivo do município entre os anos de 1964 a 2018, esse quadro de prefeitos do município nos diz muito sobre a política local, destacamos o fenômeno político administrativo do município de Passa e Fica/RN.

Vejamos a (Figura 06), o quadro de prefeitos eleitos do município de Passa e Fica/RN:

Figura 06: Quadro de prefeitos eleitos do município, desde (1964-2018).



Fonte: Exposição de quadros da Prefeitura de Passa e Fica/RN – DATA: 04/04/2019.

Na alternância do poder municipal, consolidando assim uma estrutura hierárquica política que pendura ao longo dos anos nessa municipalidade. Em destaque encontramos o vultoso representante da família Pedro Augusto Lisboa, exercendo o executivo do município e garantindo o domínio político. A participação política do saudoso prefeito Ariam Pessoa da Cunha Lima, em sua gestão de 1983-1993, com provável mandato entre duas gestões políticas marcou a vida política de Passa e Fica (Figuras 07 e 08):

Figura 07 - Prefeito **Aryam Pessoa da Cunha Lima**, à esquerda, (1983 – 1989).



Fonte: Arquivo pessoal – Wellington Rafael (Professor de Geografia/Araruna/PB).

Figura 08 - Comício em praça pública de Passa e Fica/RN, em 1989 - 1993.



Fonte: Arquivo pessoal – Wellington Rafael (Professor de Geografia/Araruna/PB).

Atualmente, o jovem município se encontra com seus 57 anos de emancipação política, data comemorativa no dia 10 de maio de 1962, onde a cidade festeja todos os anos no dia 13 de maio, com eventos culturais e religiosos. É visível na estrutura da cidade o aspecto da modernização, destacando o prédio da prefeitura municipal de Passa e Fica/RN. Entre a década de 1990 e 2019 o prédio foi reformando e ganhou um ar mais moderno (Figuras 09 e 10):

Figura 09: Antiga - Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN – (1994)



Fonte: Arquivo pessoal – Wellington Rafael (Professor de Geografia/Araruna/PB). 1994.

Figura 10: Prefeitura atual de Passa e Fica/RN. 04 de abril de 2019.



Fonte: Arquivo do autor, 04/2019

O município de Passa e Fica/RN, desmembrou-se politicamente da cidade de Nova Cruz, no dia 10 de maio de 1962, fazendo um breve recorte da política administrativa do município, os nomes que se destacaram na política municipal, foram eles: à priori no cargo provisório de prefeito, Ociram Damasceno Barbosa, a posteriori o primeiro prefeito foi Celso Lisboa, posteriormente veio Antônio Fernandes e Ariam da Cunha Lima. Se destaca na administração Pedro Augusto Lisboa, que pela terceira vez governou o município, em suma por 20 anos que até os dias atuais mantêm o poder político administrativo do município, sendo destaque na hierarquia familiar e na alternância do poder local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa tratou de elucidar a sistemática empregada no território norte-rio-grandense, em um breve recorte das políticas administrativas engendradas no

compartimento em questão, e os processos existentes, a exemplo da fragmentação territorial, também destacando sua formação e as tentativas de gerenciamento, por parte daqueles que defendem uma autonomia política em sua região.

É fundamental refletirmos sobre a formação territorial, em uma perspectiva política administrativa. Destacamos os agentes público na articulação do acesso a esse direito fundamental de participação na compreensão do processo de desmembramento do território. No entanto, que haja um equilíbrio dessa divisão territorial municipal, visando o bem comum das unidades municipais em um processo político organizacional.

Consideramos que no processo de fragmentação territorial de Nova Cruz e suas novas municipalidades, notamos que esta manifestou um modelo de poder político partidário, esse sistema se deu por relações de poder político que se instaurou na mão das famílias tradicionais da região, havendo essa forte influência oligárquica, cooperando para a reprodução de uma política tradicionalista, como modelo de administração política, que pendura até hoje na localidade de Passa e Fica/RN. Podemos afirmar que é claro e evidente, no objeto de estudo, que existe ainda o uso dessa velha política oligárquica na localidade, e que, tem sido nociva ao exercício da democracia no território em análise, que não trouxeram nenhum benefício para evolução política do município.

É importante ressaltar que o processo de fragmentação se constitui como um processo político, na tentativa de manter uma autonomia do território, e assim, tornando-se possível, ao poder público, a participação direta conjunta com os agentes políticos, sobretudo, para que a população tenha um esclarecimento da organização municipal e o exercício da participação política, nos interesses vinculados a esse processo. E com o exercer desse direito, pode haver o fortalecimento do poder público no gerenciamento do município, mas, em contrapartida, a essa positividade, há um abuso do poder local por parte dos dirigentes, por não haver alternância no poder político municipal, restringindo assim, a entrada de outros representantes políticos.

Com a fragmentação territorial que se desencadeou no município de Nova Cruz/RN, surgiu originalmente, deste compartimento quatro novos territórios que pleiteando no processo de desmembramento, reivindicam sua autonomia territorial

local. Portanto, assim descentralizando o poder político, na intenção de manter uma autonomia política, sobretudo pelo movimento emancipatório do território em análise, se constitui pelo processo a criação de novos municípios na malha política estadual.

Os municípios elevados e anexados a federação passaram a manter uma inter-relação com o território originário, ou seja, com a emancipação política existente no território, os agentes públicos vão exercer o gerenciamento da sua própria unidade, proporcionando um dinamismo sócio econômico, resultando ao município de Nova Cruz/RN, benefícios tanto no âmbito econômico, socioespacial, assim havendo uma relação essencial com as novas municipalidades, mantendo Nova Cruz/RN com o foro de rainha do agreste.

Por fim, reconhecemos que o município de Passa e Fica/RN, oriundo da fragmentação territorial de Nova Cruz/RN, é uma nova unidade pertencente à malha política estadual do Rio Grande do Norte, com seus 57 anos de emancipação política. O território de Passa e Fica/RN, em seu desenvolvimento e consolidação como município, passou por significativas transformações, destacando sua paisagem rural modificada para o aspecto urbano, haja vista, a população predominante é constituída de agricultores.

Conclui-se, que a população apesar de não apresentar uma clareza do processo emancipatório ocorrido neste território, os moradores mantêm uma percepção dos benefícios proporcionados pela emancipação, como saneamento básico, saúde, educação, esporte e lazer, ou seja, direitos fundamentais que são garantidos na Constituição, mas que nem sempre são respeitados por parte dos representantes políticos.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, (Coletânea de Normas) 2010.

ABREU, J. Capristano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998.

ANDRADE, Manuel Correa de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

BARROSO, Jane Roberta. Formação territorial e oligarquias estaduais. **Notas sobre o uso desigual do território norte-rio-grandense**, Alagoas, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/3192/9460>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BERNARDINO, Sharlene da Silva. **A feira livre da cidade de Nova Cruz-RN: aspectos culturais e econômicos (Dissertação)**. João Pessoa: UFPB/CCEN, 2015. Disponível em: <http://www.ccen.ufpb.br/ppgg/contents/documentos/dissertacoes/sharlene-da-silva-bernardino.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2019.

CAVALCANTE, Mário Balbino. **Passa e fica - rn: sua história e seu povo**. [S. l.], 21--.

COSTA, Marcos. **A história do Brasil para quem tem pressa**. Rio de Janeiro: Valentina, 2016.

CPRM. **Diagnostico do município de Passa e fica rio grande do norte - Rigeo – CPRM**, Recife: CPRM, 2005. (p.4-5) Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/>. Acesso em: 23 abr. 2019.

CUNHA, Rosimeri de Lourdes; BELIZÁRIO, Maria Aletheia. **O poder público como agente estruturador do espaço no município de Riachão-PB**. In: ARRUDA, Luciene Vieira de; MARIANO NETO, Belarmino. Geografia e território: Planejamento urbano, rural e ambiental. João Pessoa: Ideia, 2013.

DELGADO, Normando Pignataro. **Nova Cruz: Mito e História**. Natal-RN: [s. n.], 2005.

FERREIRA, Bernardo. **"Do Brasil Colônia de ontem ao Brasil Nação de amanhã". "Revolução da independência" e História do Brasil em Caio Prado Jr.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/4598883/do-brasil-colonia-de-ontem-ao-brasil-nacao-de-amanha-revolucao-da-independencia-e-historia-do-brasil-em-caio-prado-jr>. Acesso em: 15 abr. 2019.

GOMES, Rita de Cássia. Sociedade e Território. **A fragmentação do Território no Brasil e a reprodução das relações de poder: Uma leitura a partir do Rio Grande do Norte**, Natal, 2015.

HAERSBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: CORREA, Roberto Lobato; In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

IBGE – 2017. Brasil / Rio Grande do Norte / **Passa e Fica**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/passa-e-fica/panorama>. Acesso em: 19 jun. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa político do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/mapas/579-mapa-politico-do-estado-do-rio-grande-do-norte>. Acesso em: 23 abr. 2019.

JESUÍNO, João Edson Trajano. **O Crescimento Urbano e os Impactos causados ao Meio Ambiente na Cidade de Passa e Fica - RN** (TCC). Guarabira: UEPB, 2013. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3292/1/PDF%20-%20Jo%C3%A3o%20Edson%20Trajano%20Jesu%C3%ADno.pdf>. Acesso em 10/04/2019.

MARIANO NETO, Belarmino. **As Oligarquias de Guarabira e o Poder Local**. Guarabira: Guarabira50graus, 2015. Disponível em: <http://guarabira50graus.blogspot.com/2015/08/as-oligarquias-de-guarabira-e-o-poder.html>. Acesso em 10 de abril de 2019.

MARIANO NETO, Belarmino. **Golpe de Direita no Brasil e Geopolítica Imperialista**. Guarabira: Guarabira50graus, 2016. Disponível em: <http://guarabira50graus.blogspot.com/2016/03/golpe-dedireita-no-brasil-e.html>. Acesso 13 de abril de 2019.

MARTINS, Herbet Toledo. **A Fragmentação do Território Brasileiro: a criação de novos estados no Brasil**. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA – SBS, 2001, Fortaleza. Anais [...]. Céara: [s. n.], 2001.

MORAIS, Marcus César. **Terras Potiguares**. Natal: Foco, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, Luana Santos. **O coronealismo no município e Passa e Fica/RN: No passado e no presente**. UNINASSAU, 2018.

TEIXEIRA, Robenilson Brazão. **Gêneses e formação histórica do território potiguar: Uma breve análise a partir da cartografia**, Rio Grande do Norte, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/12355?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2018.

TRINDADE, S. L. B. **Rio Grande do Norte: Da origem à colonização**. In: História do Rio Grande do Norte. Natal, Editora do IFRN, 2010.